

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA, realizada no dia 11 de maio de 2006.

Aos onze dias do mês de maio do ano dois mil e seis, às 16:00 horas, reuniu-se o Conselho de Administração desta Empresa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530 – 14º andar/parte, Bairro Itaim Bibi, com a presença do Presidente do Conselho, Antônio Fernando Melo Martins da Costa, do Vice-Presidente, Antônio Eduardo da Silva Oliva, e dos Conselheiros Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens, João José Gomes de Aguiar e Ruth Storch Damasceno, ausente justificadamente o Senhor Conselheiro Antonio José Sellare. O Presidente deu início aos trabalhos, procedendo à leitura da pauta para deliberar sobre: (I) realização da 1ª emissão de debêntures da Companhia; e (II) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da 1ª emissão de debêntures, ratificando os atos praticados, até a presente data, pela Diretoria com tal finalidade. Prestados os esclarecimentos necessários, deliberaram os Conselheiros, por unanimidade: (I) aprovar a 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, nominativas, escriturais, em série única, com as seguintes características e condições (as “Debêntures” e a “1ª Emissão”): (a) **Valor Total da 1ª Emissão:** O valor total da 1ª Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). A Emissora poderá, nos termos do §2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, a seu critério e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da Emissão, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas em montante que não exceda 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas (“Quantidade Adicional”). A Emissora poderá outorgar uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24, da Instrução CVM 400 (“Lote Suplementar”), a qual poderá ser exercida pelos coordenadores da 1ª Emissão, após a consulta da Emissora, exclusivamente para atender o excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no processo de *bookbuilding*, observando-se os mesmos procedimentos, condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas; (b) **Número de Séries:** A 1ª Emissão será realizada em série única; (c) **Quantidade de Títulos:** Será emitido o limite máximo de 20.000 (vinte mil) Debêntures, podendo essa quantidade ser aumentada conforme exposto na alínea (a) acima; (d) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2006 (a “Data de Emissão”); (e) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”); (f) **Convertibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (g) **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados; (h) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia; (i) **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 1º de junho de 2011 (“Data de Vencimento”); (j) **Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures emitidas em virtude da Quantidade Adicional e do Lote Suplementar serão distribuídas pelos Coordenadores, sob regime de melhores esforços; (j.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de distribuição da 1ª Emissão (“Prazo de Colocação”); (j.2) Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a 1ª Emissão somente será concluída em havendo a subscrição e

111   

integralização do total das Debêntures distribuídas durante o Prazo de Colocação; (j.3) as Debêntures serão registradas (j.3.1) para distribuição no mercado primário na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (Entidade de Mercado de Baicão Organizado) ("CETIP"), por meio do Sistema de Distribuição de Título; e (j.3.2) para negociação no mercado secundário (j.3.2.1) na CETIP, por meio do Sistema Nacional de Debêntures (o "SND") e (j.3.2.2) no Sistema Bovespa Fix (o "BovespaFix"), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo; (k) **Prazo e Formas de Subscrição e Integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do Prazo de Colocação com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP; (l) **Amortização:** As Debêntures serão objeto de amortizações do principal iguais e sucessivas no final dos 3º, 4º e 5º anos, conforme datas a seguir: 1º de junho dos anos 2009, 2010 e 2011; (l.1) O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente a 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário das Debêntures; (m) **Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão e pagos ao final de cada intervalo de tempo entre duas datas previstas para o pagamento da Remuneração, conforme determinadas abaixo; (m.1) A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 107,0% (cento e sete por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (a "Taxa DI") (a "Remuneração"); (m.2) Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Companhia ratificará o percentual da Taxa DI que será aplicável às Debêntures; (n) **Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** Semestral, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2006 e o último pagamento em 1º de junho de 2011; (o) **Encargos Moratórios e Multa:** Sem prejuízo da possibilidade de vencimento antecipado previsto a seguir, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos do item "m" acima e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (p) **Vencimento Antecipado:** (p.1) **Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático:** serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 1ª Emissão e exigido da Companhia o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (p.1.1) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas que estiverem previstas na escritura da 1ª Emissão, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento; (p.1.2) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido pela Companhia, no prazo legal; (p.1.3) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (p.1.4) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Companhia ou de sua controladora direta; (p.1.5) proposta de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia a qualquer credor ou

24    

classe de credores, independente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou o ingresso da Companhia em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e (p.1.6) perda da concessão de distribuição de energia elétrica; (p.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado por deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas: poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 1ª Emissão, após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures e exigido da Companhia o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, exceto se o contrário decidirem Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, nas seguintes hipóteses: (p.2.1) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista na escritura da 1ª Emissão, exceto as demais hipóteses previstas no item "p.1" acima, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do inadimplemento; (p.2.2) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações a que esteja sujeita a Companhia, no mercado local ou internacional em valor, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), cumulativa ou não; (p.2.3) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, para a qual não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; (p.2.4) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos da 1ª Emissão; (p.2.5) descumprimento pela Companhia da manutenção dos limites estabelecidos a seguir dos seguintes índices financeiros nas datas das suas respectivas apurações, que ocorrerão com relação às datas bases nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento: (a) relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 (três inteiros e um meio), sendo utilizado o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração; e (b) relação $(EBITDA \text{ no período de apuração} + \text{Caixa no início do período de apuração} + \text{Linhas de Crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração} + \text{aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsado durante o período de apuração}) / \text{dividido por} (\text{despesa financeira bruta no período de apuração} + \text{porção da dívida vinculada durante o período de apuração} - \text{receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração} - \text{receita financeira de operações de swap e hedge no período de apuração})$ não inferior a 1,0 (um), sendo o EBITDA e as demais informações financeiras utilizadas nesta equação referentes ao período de apuração de 6 (seis) meses anteriores à data da apuração; (p.2.5.1) Para a apuração dos referidos índices, "Dívida Bruta" representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES; "EBITDA" é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização; e "Caixa" significa disponibilidades acrescidas das aplicações financeiras; (p.2.6) protestos de títulos contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo (p.2.6.1) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (p.2.6.2) se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (p.2.6.3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; (p.2.7) alienação do controle acionário direto da Companhia, exceto se for para outra empresa do mesmo grupo econômico; (p.2.8) alienação de controle acionário direto da EDP - Energias do Brasil S.A. que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) da 1ª Emissão, exceto se a EDP S.A., direta ou indiretamente, remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EDP - Energias do Brasil S.A.

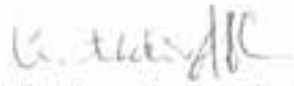


e manter, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil S.A.; (q) **Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; (r) **Resgate Antecipado Facultativo:** Não haverá resgate antecipado das Debêntures, exceto na hipótese de não concordância de titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação acerca do novo parâmetro de remuneração quando da ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de seu substituto, na forma prevista na escritura da 1ª Emissão; (s) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela CBLC, ou por meio do banco mandatário para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND; (t) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. (II) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da 1ª Emissão de Debêntures, podendo, inclusive, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente do Conselho e demais Conselheiros presentes.


Antônio Fernando Melo Martins da Costa


Antônio Eduardo da Silva Oliva


Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro


Custódio Alexandre Rouxinol Miguens


João José Gomes de Aguiar


Ruth Storch Damasceno

